Análise do artigo “O ETANOL DE SEGUNDA GERAÇÃO NO BRASIL, Políticas e redes sociotécnicas”.

O artigo sobre a formação da rede do etanol celulósico é um estudo transversal sobre as benesses do E2G como fonte de energia em meio as controvérsias técnicas e políticas quanto a viabilidade e expansão da cadeia produtiva desse álcool, citadas pelo autor como um conjunto sociotécnico que implica atores humanos e não humanos.

Na diferenciabilidade em relação ao etanol comum, o autor αressalta que apesar do E2G ser uma tecnologia extraída da hidrólise lignocelulósica (aproveitando do bagaço e da palha da cana-de açúcar), a mesma ainda está sujeita a entraves no processo de extração. Obstáculos como a necessidade da importação de enzimas específicas, o pré-tratamento das fibras e o fato de que o Brasil ainda está engatinhando tanto na área de pesquisa dessa “supercana” quanto em infraestrutura (atores não humanos). Problemas iniciais que também esbarram na questão da eficiência e viabilidade de preço em comparação ao ofertado pelo álcool de 1º geração.

Vindo para o âmbito dos atores humanos, Lorenzi e Novaes de Andrade destacam que o programa de financiamento pioneiro em pesquisa inovação interessado no setor sucroenergético e sucroquímico, advém de 2011. Um plano criado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia interessado (Paiss) realizou uma investidura de 3,2 bilhões reais intercaladamente em 7 anos que nesse intervalo, também atraiu atores da iniciativa privada (Raízen) com o abjetivo de promover o aumento da produção de biocombustíveis.

Visto isso, o autor salienta com verdade que a rede formada pelas empresas em torno do etanol celulósico no Brasil é bastante complexa e heterogênea, incluindo diversos atores de diferentes setores (públicos e privados) no qual as tentativas de se produzir o E2G no país partem de empresas de grande porte como a GranBio, Raízen, CTC; onde juntas teriam capacidade de gerar 125 milhões de litros do “novo álcool” por ano. Entretanto, através da pesquisa nesse artigo, foi constatado que as empresas brasileiras ainda investem pouco em pesquisa e desenvolvimento de enzimas, preferindo licenciar essas tecnologias em razão dos resultados tímidos em matéria de hidrólise enzimática. Fato esse que impulsiona a importação dessas mesmas enzimas.

Por fim, Lorenzi e Novaes de Andrade pontuam que as expectativas atuais projetam o E2G como paradigma no setor sucroenergético somente a partir de 2030 se a maior parte dos problemas citados for contornada. Ou seja, muita coisa dependerá do real interesse de uma rede sociotécnica cujo os atores não humanos estarão sujeitos diretamente a investimento financeiros decantados de atores humanos já atuantes e de novos na área de bioenergia.